

LÍNGUA, DISCURSO E POLÍTICA

José Luiz Fiorin

Rien n'est sacré pour un sapeur.

LOUIS HOUSSOT*

* (Verso de uma canção francesa, cuja letra foi escrita por Louis Houssot, citada por Machado de Assis numa crônica datada de 28/05/1885 – MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obra completa*. v. III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979: 457.)

Introdução

Para discutir a questão das relações entre língua, discurso e política, é preciso primeiro saber o que é política. Os universos discursivos historicamente determinados fornecem categorias que permitem fazer um uso intuitivo desse termo: por exemplo, fala-se em greve política em oposição a uma greve reivindicativa; fala-se em Comissão Parlamentar de Inquérito política, quando se diz ou se insinua que sua motivação não é o exercício do poder fiscalizador do parlamento, mas é o jogo eleitoral. Nesse sentido, pode-se dizer que política diz respeito à obtenção, ao exercício e à conservação do poder governamental. Esse é um dos significados que Aristóteles dá à palavra: “... como foi possível um dado governo, qual foi sua origem e como, uma vez constituído, pôde sobreviver o maior tempo possível.”* A política concerne à esfera do Estado em oposição ao domínio privado.

* (ARISTÓTELES. *Politeia (La política)*. Bogotá: Imprenta Patriótica de Instituto Caro e Cuervo, 1989: IV, 1, 1288b, 27.)

Entretanto, a questão não é tão simples assim. Sua definição passa a tornar-se mais fluida no momento em que começam a ser elevadas a essa categoria certas práticas que não faziam parte da definição tradicional da palavra: fala-se em política do corpo, politizar a sexualidade, política de cotas, política de ação afirmativa etc. Ademais, depois de Foucault,* sabe-se que o poder não é uno, mas múltiplo. Ele não tem um lugar demarcado na tópica social, mas está por toda parte: nas instituições, no ensino, nas relações familiares, nos grupos de colegas, nos movimentos sociais, na arte, nos espetáculos, na imprensa... Por toda parte, há vozes autorizadas, chefes, igrejas, dogmas, excomunhões, sumos sacerdotes, pequenos ditadores, opressores... Ele não tem um tempo, mas perpassa toda a História. Assim, a política diz respeito ao poder, ou melhor, aos poderes. Isso permite incorporar à política não só o que está dentro do campo da aceitabilidade tradicional desse termo, mas também todas as relações de poder que se exercem na vida cotidiana.

* (FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.)

A questão das relações entre língua, discurso e política pode ser tratada de vários ângulos:

- a) a natureza intrinsecamente política da linguagem e de suas manifestações, as línguas;
- b) as relações de poder entre os discursos e sua dimensão política;
- c) as relações de poder entre as línguas e a dimensão política de seu uso;
- d) as políticas linguísticas.

Neste texto, trataremos apenas dos dois primeiros itens.

A natureza intrinsecamente política da linguagem

A linguagem é a capacidade de os seres humanos comunicarem-se por meio de um sistema de signos. Essa faculdade corporifica-se em línguas, sistemas de signos utilizados por diferentes comunidades linguísticas. Como dizia Saussure, a língua “não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente”.^{*} A língua “é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”.^{*} Para Saussure, a língua é “um princípio de classificação”.^{*} O discurso é a atividade verbal social.

A chamada hipótese Sapir-Whorf mostra que a língua modela a representação do mundo de cada falante. Fundamentando-se em ideias de Sapir,^{*} Whorf nota que as categorias fundamentais do pensamento, como tempo, espaço, sujeito, objeto, são diferentes de uma língua para outra. As línguas, tanto no léxico, quanto na gramática, categorizam o mundo.¹ As partes do discurso das línguas indo-europeias, que opõem o agente à ação, as coisas às relações, os objetos às propriedades, impõem ao falante uma reificação do mundo, que é visto como um conjunto de coisas. Já uma língua, como o hopi, por exemplo, vê a realidade como uma soma de processos. Whorf formula, então, o princípio da relatividade linguística: há tantas maneiras de representar o mundo, de categorizar a realidade quantas são as línguas existentes. Nenhum falante pode escapar à organização e classificação dos dados estabelecidas por uma língua. O mundo é um fluxo caleidoscópico de impressões, que são organizadas pelo sistema linguístico.

¹ Há uma diferença significativa entre as teses de Sapir e as de Whorf. Para aquele, a língua reflete o meio físico e social e, a partir de sua constituição, o léxico, que é um inventário de ideias, interesses e ocupações, modela a maneira de ver o mundo.

^{*} (SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix / EDUSP, 1969: 17)

^{*} (Ibidem)

^{*} (Ibidem)

^{*} (SAPIR, Edward. *Linguística como ciência. Ensaios*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969: 20-21 e 45.)

^{*} (WHORF, Benjamin Lee. *Linguistique et anthropologie*. Paris: Denoël, 1969.)

Foge aos propósitos deste trabalho uma discussão minuciosa dessa hipótese. O que é certo é que a língua é produto do meio social e, uma vez constituída, tem um papel ativo no processo de conhecimento e comportamento do homem. A língua não é uma nomenclatura, que se apõe a uma realidade pré-categorizada, ela é que classifica a realidade. Tomemos um exemplo: em português, chama-se *posse* a investidura, por exemplo, na Presidência da República; em inglês, *inauguration*; em francês, *investiture*. A palavra portuguesa dá ideia de assenhorear-se de alguma coisa, de domínio; a inglesa indica apenas começo; a francesa diz respeito ao recebimento da uma função. Esses termos têm, sem dúvida, relação com a maneira como concebemos o poder do Estado.

A língua desenvolve-se historicamente e, uma vez constituída, impõe aos falantes uma maneira de organizar o mundo. Quando Wilhelm von Stock traduzia Antero de Quental para o alemão, escreveu ao poeta português sobre a dificuldade de verter para o alemão o soneto *Mors-Amor*, porque as duas figuras alegóricas – o Amor e a Morte – têm gêneros diferentes nas duas línguas (o amor/ Die Liebe – a morte/der Tod). Responde Antero que “esse é um caso interessante de influência da língua sobre a imaginação”, pois representam a morte como mulher os falantes de uma língua em que a palavra para designá-la é feminina e como homem aqueles que falam um idioma em que o termo é masculino.*

Carolina Michaelis de Vasconcelos, a propósito do mesmo assunto, comentou que os falantes do alemão representam a morte como um cavaleiro esquelético, montado em feroso corcel.*

Nenhum desses autores relacionou a imposição de uma maneira de ordenar o mundo à questão do poder. Roland Barthes, na sua aula inaugural no Collège de France, no entanto, o fez (1980). Com isso, demonstrou a natureza intrinsecamente política das línguas.

O semiólogo francês mostra que o “objeto em que se inscreve o poder é a linguagem ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua”.* O poder reside na língua, porque ela é uma classificação e “toda classificação é opressiva”.* A partir daí, Barthes formulou uma ideia, que é repetida sem cessar: “A língua, como desempenho de toda a linguagem, não é reacionária, nem progressista; ela é simplesmente fascista, pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer”.* Com efeito, a língua, na medida em que é uma categorização do mundo, uma maneira de vê-lo, obriga-nos a representar a realidade com suas categorias, só se pode falar com

* (apud FIGUEIREDO, Fidelino de. *Antero*. São Paulo: Gráfica da Prefeitura, 1942: 179.)

* (apud FIGUEIREDO, Fidelino de. *Antero*: 178.)

* (BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1980: 12.)

* (Ibidem: 12.)

* (Ibidem: 14.)

elas. Se disséssemos que a língua é reacionária ou progressista, estaríamos afirmando que ela é um lugar de poder e um de contra-poder. No entanto, só pode haver liberdade fora da linguagem e, ao mesmo tempo, ela é um lugar fechado, que não nos permite situarmo-nos no seu exterior.* Se a língua é o lugar da submissão do indivíduo, de sua sujeição, então é o lugar por excelência da inscrição do poder. Em português, os seres são classificados em masculinos ou femininos. O genérico é expresso obrigatoriamente pelo masculino. Não posso expressá-lo pelo feminino nem tenho uma categoria genérica distinta do masculino. *Homem* é “ser humano do sexo masculino” e também “ser humano em geral”, enquanto *mulher* é apenas “ser humano do sexo feminino”. Em latim e grego, havia uma palavra para o “ser humano” (*homo* e *ánthropos*), uma para o “ser humano do sexo masculino” (*uir* e *anér*) e uma para o “ser humano do sexo feminino” (*mulier* e *guiné*). A mesma coisa acontece em romeno: *om, bărbat, femeii*. Em romeno, pode-se referir a uma terceira pessoa usando um pronome que indica respeito por ela (*dînsul*) ou um pronome que é neutro do ponto de vista da reverência (*el*). Em português, sempre nos referimos a uma terceira pessoa de forma neutra, nem respeitosa nem desrespeitosa. Em romeno, há dois termos para designar o trabalho: *muncă* e *lucrare*. O primeiro surge nas regiões em que vigia o trabalho servil e vem de um termo que indicava uma forma de tortura; o segundo aparece nas regiões em que o trabalho era livre. Para designar o trabalho forçado, somos obrigados sempre a utilizar o primeiro: *muncă silnică*. O signo é um estereótipo, porque é uma abstração, ele deixa de fora determinados elementos de significação que poderiam nele figurar. Só percebo o que nele figura, só falo com o que nele está presente. Poderíamos continuar desfiando exemplos de como a língua nos obriga a dizer. No entanto, bastam esses para mostrar que ela é um espaço de poder de tal forma coercitivo que não nos permite colocarmo-nos fora dela e, ao mesmo tempo, obriga-nos a falar, a representar, a simbolizar com suas categorias.

* (Ibidem: 15-16.)

As relações de poder entre os discursos e sua dimensão política

Para Barthes, no entanto, há a possibilidade de “trapacear a língua”.* Trapaceia-se a língua no exercício da atividade verbal, ou seja, no nível do discurso. Barthes considera que a literatura é a trapaça por excelência da linguagem, é “o logro magnífico que

* (Ibidem: 16.)

permite ouvir a língua fora do poder, numa revolução permanente da linguagem”.* Entretanto, o próprio Barthes diz que, quando fala em literatura, tem em mira o texto, ou seja, o “tecido de significantes que constitui a obra” e, portanto, literatura é sinônimo aqui de texto, de escritura.* Antes de pensar na literatura como o lugar que “permite ouvir a língua fora do poder”, sigamos a sugestão de Barthes e pensemos no discurso em geral.

Bakhtin mostra que o dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem e, portanto, é seu princípio constitutivo.

Os homens não têm acesso direto à realidade, pois nossa relação com ela é sempre mediada pela linguagem. Afirma Bakhtin que “não se pode realmente ter a experiência do dado puro”.* Isso quer dizer que o real se apresenta para nós semioticamente, o que implica que nosso discurso não se relaciona diretamente com as coisas, mas com outros discursos, que semiotizam o mundo. Essa relação entre os discursos é o dialogismo. Se não temos relação com as coisas, mas com os discursos que lhes dão sentido, o dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem, uma vez que

[...] todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado, sempre, por assim dizer, desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falara sobre ele. O objeto está amarrado e penetrado por ideias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações. Orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações. Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros; e tudo isso pode formar substancialmente o discurso, penetrar em todos os seus estratos semânticos, tornar complexa a sua expressão, influenciar todo o seu aspecto estilístico.*

Como não existe objeto que não seja cercado, envolto, embebido em discurso, todo discurso dialoga com outros discursos, toda palavra é cercada de outras palavras.*

Como nota Faraco, um dos significados da palavra *diálogo* é o que remete a “solução de conflitos”, “entendimento”, “promoção de consenso”; no entanto, o dialogismo é tanto convergência, quanto divergência; é tanto acordo, quanto desacordo; é tanto adesão, quanto recusa; é tanto complemento, quanto embate.* Prossegue ainda Faraco, mostrando que, na verdade, “o Círculo de Bakhtin entende as relações dialógicas como espaços de tensão entre os enunciados”, pois, “mesmo a responsividade caracterizada pela adesão in-

* (Ibidem: 16.)

* (Ibidem: 17.)

* (BAKHTIN, Mikhail. *Toward a Philosophy of the Act*. Austin: University of Texas Press, 1993: 32.)

* (BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética*. A teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 1998: 86.)

* (BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992: 319.)

* (FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições, 2003: 66.)

condicional ao dizer de outrem se faz no ponto de tensão deste dizer com outros dizeres (outras vozes sociais)”.* Isso significa que, do ponto de vista constitutivo, o dialogismo “deve ser entendido como um espaço de luta entre as vozes sociais”.* Assim, pode-se dizer que, constitutivamente, a relação dialógica é contraditória.

* (Ibidem: 67.)

No “simpósio universal”,* que poderíamos interpretar como uma formação social específica, definida pelo presente de seus múltiplos enunciados contraditórios, pelo passado discursivo, a tradição de que é depositária, e pelo futuro discursivo, suas utopias e seus objetivos, atuam forças centrípetas e centrífugas. Aquelas buscam impor uma centralização enunciativa no plurilinguismo da realidade; estas procuram minar, principalmente, por intermédio da derrisão e do riso, essa tendência centralizadora.* As ditaduras são centrípetas; as democracias centrífugas.

* (Ibidem: 67.)

* (BAKHTIN, Mikhail. “Toward a Reworking of the Dostoevsky Book”. In: *Problems of the Dostoevsky's poetics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989: 293.)

* (BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética*. A teoria do romance: 80-83.)

Como observa Faraco, Bakhtin, com os conceitos de forças centrípetas e forças centrífugas, “aponta para a existência de jogos de poder entre as vozes que circulam socialmente”.* Isso significa que, para o autor russo, não há uma neutralidade na circulação de vozes. Ao contrário, ela tem uma dimensão política. As vozes não circulam fora do exercício do poder; não se diz o que se quer, quando se quer, como se quer. Não se trata apenas da atuação do campo tradicional da política, ou seja, a esfera do Estado, estão em causa todas as relações de poder, que se exercem desde as relações do dia a dia até o exercício do poder do Estado. Não podemos dirigir-nos, com determinadas fórmulas empregadas na intimidade, a uma autoridade, a uma pessoa mais velha, a alguém a quem não conhecemos. Certos assuntos são tabus: alguns se admitem numa grande intimidade; outros não são tolerados em hipótese alguma, são até capitulados no Código Penal.

* (FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*: 67.)

A utopia bakhtiniana é “a resistência a qualquer processo centrípeto, centralizador”;* o dialogismo incessante é “a única forma de preservar a liberdade do ser humano e do seu inacabamento; uma relação, portanto, em que o outro nunca é reificado; em que os sujeitos não se fundem, mas cada um preserva sua própria posição de extraespacialidade e excesso de visão e a compreensão daí advinda”.* A singularidade do sujeito ocorre na “interação viva das vozes sociais” e, por isso, ele é social e singular.*

* (Ibidem: 72.)

* (Ibidem: 73-74.)

* (Ibidem: 83.)

As instituições sociais tornam-se lugares do poder, ao colocar-se fora da utopia bakhtiniana de resistência a qualquer processo centrípeto, transformando seu discurso, que é sempre particular, um dentre os que constituem o mesmo campo discursivo, em

* (BARTHES, Roland. *Aula*: 11.)

discurso universal. Nesse momento, ele é o discurso do poder e, como diz Barthes, “engendra o erro” e, por conseguinte, a culpabilidade.* Aí surgem dogmas, hereges, fiéis... Isso é feito não só pelas igrejas, mas também pelos partidos, pelas escolas, pela imprensa... Não se pode criticar, não se pode duvidar, não se pode dissentir... Pode-se apenas aceitar e repetir. Aparecem todas as formas de silenciamento. É notável que, mesmo na universidade, que trabalha com a ciência, que apresenta sempre modelos parciais e provisórios de explicação da realidade, uma teoria científica passa a ser vista como “a” verdade.

De um lado, a censura pode, claramente, proibir de dizer. Na ditadura brasileira de 1964, os jornais e revistas estavam sob censura e, por isso, não podiam noticiar certos fatos, como a demissão do ministro da Agricultura, Cirne Lima ou uma epidemia de meningite. Essa é a forma mais brutal e evidente de silenciamento. Também, nesse caso, pode-se trapacear, desvelando o ato censório, como fez o jornal *O Estado de S. Paulo*, que, no período em que esteve sob censura, publicava trechos de *Os Lusíadas* ou receitas de cozinha, no lugar das notícias proibidas. Há outra forma de silenciamento, que é aquela que procura apagar o passado, reescrevê-lo, como no exemplo da célebre foto em que Trotsky aparecia ao lado de Lênin e em que, no período stalinista, a figura do primeiro foi apagada. Mas há uma forma mais sutil de silenciamento, é aquela que impede que certos discursos sejam proferidos, é aquela que impede a derisão e o riso, é aquela que sacraliza certos temas: é o que ocorreu com a caricatura de Maomé publicada por um jornal dinamarquês, é o que faz todos os dias o discurso politicamente correto, é o que buscam fazer certas tendências políticas. É proibido criticar, não se pode senão reproduzir uma determinada vulgata. Há um silenciamento ainda mais pernicioso, é aquele que reduz seres humanos ao silêncio, por não dominarem certas práticas de linguagem: por exemplo, a escrita, certos discursos, certos modos de dizer... No conto *Famigerado*, de Guimarães Rosa, o jagunço Damázio está silenciado, porque não pertence a um dado universo de discurso: “Não há como que as grandezas machas duma pessoa instruída”; “Lá, e por estes meios de caminho, não tem ninguém ciente, nem tem o legítimo – o livro que aprende as palavras...”. Ele não sabe se o termo *famigerado* é positivo ou negativo, se é “desaforado”, “caçoável”, “farsância”, “nome de ofensa”, “de arrenegar”* e vai perguntar ao médico, que lhe mente, dizendo que *famigerado* é “importante”, “que merece louvor e respeito”.

* (ROSA, Guimarães. *Ficção completa*. v. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994: 396.)

* (Ibidem: 395.)

* (Ibidem: 395.)

O silenciamento, no entanto, não é apenas explícito, como nos casos arrolados. Ele também é constitutivo do discurso. Com efeito, as relações dialógicas determinam um ponto de vista na interpretação dos fatos e acontecimentos, que silencia ou pode silenciar outros. Não temos acesso direto à realidade, ele sempre vem mediado pela linguagem, que não é neutra. Estamos em lugares discursivos diferentes se, ao discutir a os acontecimentos bélicos na faixa de Gaza, dissermos que um soldado israelense foi apanhado, sequestrado ou capturado pelos militantes do Hamas; que os que pertencem a este movimento são terroristas, militantes ou soldados; que a entrada do exército de Israel em Gaza é uma invasão ou uma resposta a um ataque. A mesma coisa acontece, se, ao discutir o problema da moradia, dissermos que os sem-teto invadiram ou ocuparam um prédio vazio. Um artigo escrito por Ethan Broner mostra, com clareza, como cada espaço discursivo põe em evidência certos sentidos para os mesmos termos e apaga outros:

Entre os israelenses, “sionismo” está envolto numa espécie de brilho celestial, sugerindo sacrifício e nobreza. Mas no restante do Oriente Médio, “sionismo” representa roubo, opressão, racismo. O muro que cruza a Cisjordânia é uma “muralha” para os palestinos e uma “cerca” para Israel. O conflito de 1948, que criou Israel, é a “Guerra da Independência” para uns, a “Catástrofe” para outros.*

* (O Estado de S. Paulo, 11/1/2009, A12.)

O dialogismo constitutivo funda o que Maingueneau vai chamar uma interincompreensão generalizada, dado que cada discurso considera o sistema semântico do Outro em termos de categorias negativas do seu próprio discurso. Ler as categorias do Outro como categorias negativas do Um não pode ser atribuído à má fé, mas ao modo de constituição das formações discursivas.* O modo conflitual de constituição do discurso implica a tradução do outro como negatividade, silenciando, assim, sua positividade. Há um texto de Castelo Branco em que esse desentendimento recíproco fica evidenciado.

* (MAINGUENEAU, Dominique. *Genèses du discours*. Bruxelas: Pierre Mardaga, 1984: 109-133.)

Nessa estranha linguagem, aqueles que desejam o desenvolvimento econômico, na moldura de uma sociedade democrática, pregando a cooperação entre as classes e não a luta de classes, e aberto à cooperação internacional para evitar a repressão do consumidor, são chamados “reacionários” e “entreguistas”; os que almejam implantar o totalitarismo de esquerda, muito menos benéfico à grande massa trabalhadora do que à oligarquia burocrática do partido, se intitulam “forças populares de vanguarda”, quando não pretendem, com trágica ironia, ser paladinos da “democracia popular”. Alguns empresários que exploram o nacionalismo para proteger a sua ineficiência e preservar posições de monopólio, não hesitando para isso

em apoiar e financiar a esquerda subversiva, passam a ser membros da “burguesia nacional progressista”; enquanto que outros, preocupados em absorver recursos e tecnologia externa, para reforçar nossa poupança e acelerar o desenvolvimento econômico, são acusados de “alienados” e “antinacionais”. A agressão e a infiltração para acorrentar os indivíduos e nações ao serviço da causa comunista passam a ser descritas como “guerras de libertação nacional”; enquanto os países que preferem resistir a essa subjugação, para decidirem o seu próprio destino, estão arrolados como “vassalos do imperialismo ocidental”. E que dizer da suprema deturpação semântica, segundo a qual os que desejam subordinar o nosso sistema de vida e escravizar nossas instituições a ideologias estranhas passam a ser proprietários e árbitros do “nacionalismo”? [...]

Pois, meus caros amigos, não basta combater a subversão institucional e a corrupção moral: é necessário, também, combater a corrupção semântica, que distorce a realidade dos fatos e procura nos impedir a visão objetiva e racional de nossos deveres e de nossa responsabilidade.*

* (CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *Discursos: 1965*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, s.d.: 110-111.)

* (ROSA, Guimarães. *Ficção completa*. v. II: 268.)

* (BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética. A teoria do romance*: 142-147.)

Tendo levado em consideração todos esses processos de silenciamento, pode-se dizer com Guimarães Rosa que o silêncio constitui o enunciador: “O senhor sabe o que o silêncio é? É a gente mesmo, demais.”*

O discurso tem também uma dimensão política na construção da consciência das pessoas.*

A consciência constrói-se na comunicação social, ou seja, na sociedade, na História. Por isso, os conteúdos que a formam e a manifestam são semióticos. A apreensão do mundo é sempre situada historicamente, porque o sujeito está sempre em relação com outro(s). O sujeito vai constituindo-se discursivamente, apreendendo as vozes sociais que constituem a realidade em que está imerso, e, ao mesmo tempo, suas inter-relações dialógicas. Como a realidade é heterogênea, o sujeito não absorve apenas uma voz social, mas várias, que estão em relações diversas entre si. Portanto, o sujeito é constitutivamente dialógico. Seu mundo interior é constituído de diferentes vozes em relações de concordância ou discordância. Além disso, como está sempre em relação com o outro, o mundo exterior não está nunca acabado, fechado, mas em constante vir a ser. Por isso, a consciência vai alterando-se.

Nesse processo de construção da consciência, as vozes são assimiladas de diferentes maneiras. Há vozes que são incorporadas como a voz de autoridade. É aquela a que se adere de modo incondicional, que é assimilada como uma massa compacta e, por isso, é centrípeta, impermeável, resistente a impregnar-se de outras vo-

zes, a relativizar-se. Pode ser a voz da Igreja, do Partido, do grupo de que se participa etc.*

* (Ibidem: 142-145.)

Outras vozes são assimiladas como posições de sentido internamente persuasivas. São vistas como uma entre outras. Por isso, são centrífugas, permeáveis à impregnação por outras vozes, à hibridização, e abrem-se incessantemente à mudança.*

* (Ibidem: 145-147.)

Sendo a consciência sociossemiótica, ou seja, formada de discursos sociais, o que significa que seu conteúdo é sógnico, cada indivíduo tem uma história particular de constituição de seu mundo interior, pois ele é resultante do embate e das inter-relações desses dois tipos de vozes. Quanto mais a consciência for formada de vozes de autoridade, mais ela será monológica, ptolomaica.* Quanto mais for constituída de vozes internamente persuasivas, mais será dialógica, galileana.*

* (Ibidem: 96.)

* (Ibidem: 96.)

Bakhtin qualifica de ptolomaica a consciência mais rígida, mais organizada em torno de um centro fixo, como era o sistema planetário de Ptolomeu, em que a Terra era fixa. Já galileana é a consciência mais aberta, mais móvel, não organizada em torno de um centro fixo, como é o sistema de Galileu, em que a Terra se move.

O mundo interior é a dialogização da heterogeneidade de vozes sociais. Os enunciados, construídos pelo sujeito, são constitutivamente ideológicos, pois são uma resposta ativa às vozes interiorizadas. Por isso, eles nunca são expressão de uma consciência individual, descolada da realidade social, uma vez que ela é formada pela incorporação das vozes sociais em circulação na sociedade. Mas, ao mesmo tempo, o sujeito não é completamente assujeitado, pois ele participa do diálogo de vozes de uma forma particular, porque a história da constituição de sua consciência é singular. O sujeito é integralmente social e integralmente singular. Ele é um evento único, porque responde às condições objetivas do diálogo social de uma maneira específica, interage concretamente com as vozes sociais de um modo único. A realidade é centrífuga, o que significa que ela permite a constituição de sujeitos distintos, porque não organizados em torno de um centro único.

A consciência ptolomaica é aquela que não contesta o poder. A galileana é aquela que pode combater os poderes.

Para Roland Barthes, a literatura é o discurso em que melhor se contesta a língua, em que se mais desvia a língua, a partir de seu interior mesmo. Isso se faz “não pela mensagem de que ela é instrumento, mas pelo jogo de palavras de que ela é teatro”.* Na lite-

* (BARTHES, Roland. *Aula*: 17.)

ratura, exerce-se um deslocamento que incide sobre a própria língua. Com efeito, quando, por exemplo, se homologam categorias da expressão a categorias do conteúdo, como nas aliteraões, assonâncias, ritmos, rimas etc., põe-se em causa o princípio da arbitrariedade do signo, restituindo-lhe uma motivação.

Guimarães Rosa, em inúmeras passagens de sua obra, coloca em xeque as normas de formação de palavras em português, produzindo um deslocamento da morfologia do idioma.

Deslocam-se os sentidos das palavras, jogando-se com eles. Glauco Mattoso reproduz um poema de Bráulio Tavares:

Eu quero é a orgia!
A safadeza!
A indecência!

Deixo pros padres
E pros militares
A continência.*

O poema joga com os dois sentidos da palavra *continência*: “castidade” e “saudação militar”, para se posicionar contra os comportamentos contidos, as hierarquias, as normas de decência, preconizando um mundo de liberdade.

Esses deslocamentos operam em todos os níveis e dimensões da língua.

Para Barthes, há três forças que atuam na literatura: *máthesis* (conhecimento), *mimesis* (representação), *semiósis* (significação).*

A literatura é uma forma de conhecimento (*máthesis*), mas no sentido de que ela assume todos os saberes: as ciências, a política, a religião, a filosofia... Desse ponto de vista, a literatura é sempre realista. Ela não fixa nenhum conhecimento, não fetichiza nenhum. Trabalha nos interstícios dos diferentes saberes, fazendo emergir “saberes possíveis, insuspeitos, irrealizados”. Ela desconfia de todos os conhecimentos. Por isso, o saber que ela mobiliza não é completo nem derradeiro.* Seria muito cômodo exemplificar com um autor, como Júlio Verne, que imaginou, por exemplo, aparelhos que seriam inventados muito depois de ele ter escrito. Em *Paris do século XX*,* obra de sua juventude (escrita em 1863, mas publicada somente em 1994), ele imagina a capital francesa em 1969 e antecipa os desenvolvimentos futuros do motor a explosão, do telégrafo fotográfico (fax) e ainda do trem de ferro subterrâneo (metrô). Ou ainda com *O presidente negro ou o choque das raças: romance americano de 2228*, de Monteiro Lobato,* em que se fala da eleição de

* (MATTOSO, Glauco Mattoso. *Jornal Dobrabril*. São Paulo: Iluminuras, 2001: 35 v.)

* (BARTHES, Roland. *Aula*: 18.)

* (Ibidem: 18-19.)

* (VERNE, Júlio. *Paris do século XX*. São Paulo: Ática, 1995.)

* (LOBATO, Monteiro. *O presidente negro ou o choque das raças: romance americano de 2228*. São Paulo: Brasiliense, 1945.)

um presidente negro nos Estados Unidos. Melhor para perceber os interstícios em que trabalha a literatura é a visão irônica de Machado sobre a História, que contrasta com o objetivismo cientificista, que era o ideal das ciências humanas no século XIX. Apresenta uma concepção não realista da História, porque, de um lado, afasta-se da poética aristotélica da verossimilhança; de outro, não compartilha das visões historicistas que presidem ao romance do século XIX. A história é uma “eterna loureira”, sujeita a releituras e reinterpretações:

[...] Suetônio deu-nos um Cláudio, que era um simplório, — ou uma “abóbora”, como lhe chamou Sêneca, e um Tito, que mereceu ser as delícias de Roma. Veio modernamente um professor e achou meio de demonstrar que dos dois céares, o delicioso, o verdadeiro delicioso, foi o “abóbora” de Sêneca. E tu, madama Lucrécia, flor dos Bórgias, se um poeta te pintou como a Messalina católica, apareceu um Gregorovius incrédulo que te apagou muito essa qualidade, e, se não vieste a lírio, também não ficaste pântano. Eu deixo-me estar entre o poeta e o sábio.

Viva, pois, a história, a volúvel história que dá para tudo.*

Mas a literatura não incorpora apenas os saberes sobre o mundo, opera também com os saberes sobre a linguagem. Ela não utiliza a linguagem, mas encena-a.* Por isso, trabalha com a diversidade dos socioletos, com a variação, com a mudança, com o dilaceramento da linguagem.

Por encenar a linguagem, ao contrário dos outros discursos, que, constituídos nas relações dialógicas, silenciam o seu contrário, deixando-o ver apenas no seu avesso, a literatura desvela um espaço discursivo, expondo suas contradições. Érico Veríssimo, em *O senhor embaixador*,* conta, entre outras, a história de Pablo Ortega, primeiro secretário de embaixada da República de Sacramento, ilha do Caribe, governada despoticamente por um ditador militar, o generalíssimo Juventino Carrera, apoiado pela oligarquia rural e por duas grandes companhias norte-americanas. Ele, apesar de ser filho de uma das famílias da oligarquia rural, é contra o estado de coisas em seu país. Quando eclode uma revolução de esquerda, ele vai para Sacramento para lutar ao lado dos insurgentes. Quando estes tomam o poder, recomeçam as mesmas arbitrariedades que existiam sob a ditadura de direita. Ele então se oferece para defender um compadre do antigo ditador, Gabriel Heliodoro Alvarado, o embaixador a que se refere o título da obra. Essa atitude deixa-o em má situação perante o poder revolucionário que se instalara na ilha. Érico, nesse romance, mostra que o poder é onipresente. Fei-

* (MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obra completa*. v. I: 516.)

* (BARTHES, Roland. *Aula*: 19.)

* (VERÍSSIMO, Érico. *O senhor embaixador*. Porto Alegre: Globo, 1969.)

ta uma revolução para acabar com ele e implantar um regime de liberdade, ele reaparece com as mesmas arbitrariedades e com a mesma linguagem, só que agora com o sinal invertido. Ao encenar um espaço discursivo do campo político, Érico tematiza o mal-estar dos intelectuais, que devem sempre lutar contra o(s) poder(es). Não se apresenta o discurso da revolução em oposição ao discurso da manutenção da ordem instituída. Opera-se um deslocamento semântico, que desvela a ideia de que todo poder tem como suprema finalidade conservar-se no poder. Por isso, ele abandona os ideais de liberdade com que se instalara.

O discurso da ciência e o de literatura são antípodas. Enquanto aquele busca ocultar a dimensão da enunciação (por isso, é um discurso em terceira pessoa) e, por conseguinte, o enunciador; este expõe “o lugar e a energia do sujeito, quiçá sua falta”.*

* (BARTHES, Roland. *Aula*: 20.)

A literatura é representação do real (*mimesis*). No entanto, essa representação é impossível, porque a ordem da linguagem é diferente da ordem do mundo. A literatura utiliza expedientes verbais, ora para representar a realidade, ora para mostrar a inadequação entre a linguagem e o mundo.* Quando a obra de arte não se vê como representação do mundo, mas como linguagem, como semiótica, apresenta-se explicitamente como *poiese*. Tem consciência de que a ordem da linguagem e a ordem do mundo não são perfeitamente homólogas. Por isso, a linguagem não é representação transparente de uma realidade, mas é criação de diferentes realidades, de diversos pontos de vista sobre o real. Mostra-nos, por conseguinte, a relatividade da verdade, a possibilidade de que a realidade seja outra. Nada há fixo, imutável, verdadeiro. A verossimilhança, nesse tipo de contrato, é uma construção interna à obra e não uma adequação ao referente, como pretendem as obras que desejam representar o mundo. Nesse caso, a literatura desloca os discursos estereotipados dos diferentes campos, como a ciência, a política etc., que têm como supremo anelo adequar-se perfeitamente à realidade, e transporta-se para outro lugar, o da linguagem, revelando suas trapaças e suas artimanhas.

* (Ibidem: 22-23.)

A literatura é também significação (*semiosis*). Nesse caso, joga com os signos, criando sempre uma heteronomia das coisas.* Por isso, a arte tem sempre uma função subversiva. Denuncia o poder, mostra não apenas o que existe, mas também fala do que nunca existiu, apontando para a possibilidade de sua existência. Indica que a realidade não é única, mas uma entre tantas que poderiam existir.

* (Ibidem: 28-29.)

Ela não é destino e pode ser alterada. A linguagem assinala que também outra ordem da linguagem é possível, ela implode “regras, coerções, opressões, repressões” dos discursos sociais das diferentes instituições. O discurso literário “empurra para outro lugar, um lugar inclassificado, atópico, por assim dizer, longe dos *tópoi* da cultura”, transporta-nos para longe do “mundo dos casos idênticos”.*

* (Ibidem: 31.)

As línguas, a partir dos discursos, podem adquirir uma dimensão explicitamente política, seja no léxico, seja na gramática. George Orwell, em sua distopia, intitulada *1984*, mostra que, na Oceania, foi criada uma língua oficial, a Novilíngua:

* (Ibidem: 20.)

O objetivo da Novilíngua não era apenas oferecer um meio de expressão para a cosmovisão e para os hábitos mentais próprios dos devotos de Ingsoc, mas também impossibilitar outras formas de pensamento. O que se pretendia era que, tão logo a Novilíngua fosse adotada definitivamente e a Anticlíngua esquecida, qualquer pensamento herético, isto é, divergente dos princípios do Ingsoc, fosse literalmente impensável, ou pelo menos até o limite em que o pensamento depende de palavras.*

* (ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 2005: 287-288.)

As ideias de Orwell baseiam-se na hipótese Sapir-Whorf. Embora Orwell fosse um mau linguista, pois muitas de suas noções sobre uma língua não têm consistência, não deixam de ser curiosas as características gramaticais, fonéticas e lexicais da Novilíngua expostas no romance.*

* (Ibidem: 287-301.)

Todas as propriedades da Novilíngua convergem para a redução do número de palavras e para a eliminação da polissemia e da conotação. Dessa maneira, não se podem pensar determinadas realidades e o controle sobre os indivíduos é total:

Haveria muitos crimes e erros que estariam além da capacidade do homem de cometê-los, simplesmente pelo fato de que eles não tinham nomes e, portanto, eram inimagináveis. E se esperava que, com o passar do tempo, as características que distinguiam a Novilíngua se tornassem cada vez mais pronunciadas; o número de palavras diminuiria, seus significados se tornariam cada vez mais restritos e a possibilidade de utilizar palavras de maneira imprópria se tornaria cada vez menor.*

* (Ibidem: 299.)

A Novilíngua, assim como todas as línguas, tem uma dimensão política: a de construir o real e de torná-lo dizível. No entanto, essa língua é criada explicitamente por motivações políticas.

Não mais no domínio da ficção, Victor Klemperer, filólogo e especialista em Literatura Francesa do século XVII, escreve, em seu diário, de 1933 a 1945, observações sobre a semântica nazista, ou,

segundo ele, as transformações que os nazistas impõem na língua alemã. Em 1947, ele toma de seu diário as passagens concernentes ao discurso nazista e publica-as com o título *LTI: Lingua Tertii Imperii* (1996). Klemperer era professor na Universidade de Dresden e foi destituído por ser de origem judaica e designado para trabalhar numa fábrica. Era casado com uma mulher considerada “ariana” e, por isso, não foi enviado a um campo de concentração.

Embora Klemperer afirme que vai mostrar em sua obra as transformações que os nazistas impõem na língua alemã, como não distingue língua e discurso, a maioria de suas observações diz respeito muito mais ao discurso nazista do que à língua alemã em sentido estrito. Vejamos alguns exemplos.

Certos termos, conotados negativamente, tornam-se positivos ou vice-versa, o que indica uma inversão de valores, como ocorre, por exemplo, com a palavra *fanático*.^{*} Ampliam-se ou restringem-se os significados de determinadas palavras: por exemplo, *heroísmo* é utilizado apenas em sua acepção militar.^{*} Termos do domínio esportivo e militar são bastante usadas^{*} e invadem os outros campos semânticos, o da política, o da economia, o do ensino etc. Outros termos têm seu sentido radicalmente modificado (por exemplo, *Abgewandert*, “emigrado”, passa a significar “deportado”).^{*} Usam-se eufemismos para travestir o significado real: por exemplo, *solução final*.

Criam-se neologismos: *Untermenschentum*, “sub-humanidade”,^{*} *entjuden*, “desjudaizar”.^{*} Seu sentido metafórico dá-lhes uma carga emotiva muito significativa. Muitos desses termos têm acentos míticos: *Volkskörper*, “corpo popular”; *aufnorden*, “tornar mais nórdico”; *arisieren*, “arianizar”.^{*} Como em alemão a composição é bastante produtiva, torna-se fácil produzir neologismos com o acréscimo de um radical. Muitos neologismos são criados com os radicais *Welt*, “mundial”; *Gross*, “grande”^{*} e *Volk*, “povo”, um dos termos fortes do nazismo.^{*}

Não se usam modalidades que exprimem a possibilidade, a dúvida, a interrogação, mas somente os modos assertivos. Os discursos têm um caráter religioso.

Outras características são a recorrência dos superlativos; a germanização dos nomes de lugares e dos prenomes; a utilização da ironia, das aspas; a multiplicação das abreviaturas e siglas, para indicar a organização perfeita de tudo;^{*} as repetições.^{*}

A política no sentido mais amplo (quaisquer relações de poder) determina a organização discursiva e sua circulação e pode, às vezes,

* (KLEMPERER, Victor. *LTI, la langue du Troisième Reich. Carnets d'un philologue*. Paris: Albin Michel, 1996: 90.)

* (Ibidem: 25.)

* (Ibidem: 25-28.)

* (Ibidem: 223.)

* (Ibidem: 177.)

* (Ibidem: 291.)

* (Ibidem: 291.)

* (Ibidem: 284.)

* (Ibidem: 56 e 309.)

* (Ibidem: 130.)

* (Ibidem: 58.)

deixar marcas na língua, principalmente no léxico. Além disso, certos usos linguísticos servem para marcar exclusões e pertenças.

A Bíblia já conta um episódio desses. A palavra hebraica *shibolet*, “espiga”, tinha uma variação dialetal *sibolet*. A tribo de Gailaad estava em guerra com a de Efraim. Para identificar os efraimitas, pedia-se que a pessoa pronunciasse essa palavra. Quem dissesse *sibolet* era morto. Foram eliminados 42.000 efraimitas.*

* (Juízes, 12, 1-6.)

Até hoje o termo *shibolet* nomeia uma maneira de pronunciar uma palavra, que identifica a origem de quem a diz. A fonologia torna-se letal. A diferença linguística é o lugar onde reside o ódio ao outro, é o lugar da discriminação, do preconceito.

Certas pronúncias são estigmatizadas, determinadas variedades são consideradas inaceitáveis. Tudo isso serve para classificar, para selecionar, para excluir, para condenar.

As regras do “bom” uso da língua são relações de poder. Elas obrigam a recalcar, a renegar uma língua primeira (por exemplo, os descendentes de alemães ou italianos no Brasil deviam eliminar seu sotaque ou certos decalques de sua língua primeira) ou uma variedade primeira da língua (as variedades populares ou regionais do português), que são objeto de gozações, reprimendas ou punições. Essa sanção a línguas ou variedades pode produzir uma resignação, ou seja, a aceitação de uma “inferioridade”, ou uma revolta ativa, isto é, a reafirmação com orgulho de uma determinada origem ou de um dado falar. Cabe observar, no entanto, que, no Brasil, pode haver uma revolta ativa em relação a um falar regional, mas jamais a um falar social, o que significa que os estratos sociais se marcam negativamente de maneira muito forte em nosso país.

Muitas vezes certos usos são prescritos e outros, interditos. O fascismo italiano proibiu o uso do pronome de tratamento *lei*, que indica certa distância, e determinou o uso dos pronomes que indicavam maior proximidade, pois todos os italianos pertenciam à mesma “comunidade”.* No período da ditadura de Ceaucescu foi proibido o uso dos pronomes de tratamento. As pessoas deveriam tratar-se por *tovarăş* “camarada”, “companheiro”.

* (KLINKENBERG, Jean-Marie. *La langue et le citoyen. Pour une autre politique de la langue française*. Paris: PUF, 2001: 7)

Conclusão

Barthes diz que o “objeto em que se inscreve o poder é a linguagem ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua”.* Explica ainda, com base nas ideias de Foucault, que o poder é múltiplo, é onipresente, atravessa toda a História. Como vimos,

* (BARTHES, Roland. *Aula*: 12.)

são múltiplas as maneiras pela qual o poder se inscreve na linguagem. Sua natureza é intrinsecamente política, porque ela sujeita o que a falam a sua ordem. Os silenciamentos operados pelo discurso manifestam uma relação de poder. Os discursos que circulam no espaço social são submetidos à ordem do poder, não são todos equivalentes. Os usos linguísticos podem ser o espaço da pertença, mas também da exclusão, da separação e até da eliminação do outro. Por isso, a língua não é um instrumento neutro de comunicação, mas é atravessada pela política, pelo poder, pelos poderes. A literatura, pelos deslocamentos que produz, é uma forma de trapeçar a língua, desvelando os poderes nela inscritos.

José Luiz Fiorin

É mestre e doutor em Letras (Linguística) pela Universidade de São Paulo. Fez pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris) (1983-1984) e na Universidade de Bucareste (1991-1992). Atualmente é Professor Associado do Departamento de Linguística da FFLCH da Universidade de São Paulo. Foi membro do Conselho Deliberativo do CNPq (2000-2004) e Representante da Área de Letras e Linguística na CAPES (1995-1999). Publicou muitos artigos em revistas especializadas e diversos livros. Entre estes, citam-se *As astúcias da enunciação*, *Lições de texto*, *Para entender o texto*, *Elementos de análise do discurso*, *Discurso e ideologia*, *Introdução ao pensamento de Bakhtin*.

Resumo

Este trabalho, depois de discutir o sentido da palavra *política*, mostra que há quatro possíveis abordagens para a questão das relações entre língua, discurso e política: a) a natureza intrinsecamente política da linguagem e das línguas; b) as relações de poder entre os discursos e sua dimensão política; c) as relações de poder entre as línguas e a dimensão política de seu uso; d) as políticas linguísticas. Este texto desenvolve apenas os dois primeiros itens. A linguagem e as línguas têm uma natureza intrinsecamente política, porque sujeitam os falantes a sua ordem. Os silenciamentos operados pelo discurso manifestam uma relação de poder. A circulação dos discursos no espaço social está também submetida à ordem do poder. Os usos linguísticos podem ser o espaço da pertença, mas também da exclusão, da separação e até da eliminação do outro. Por isso, a língua não é um instrumento neutro de comunicação, mas é atravessada pela política, pelo poder, pelos poderes. A literatura,

Palavras-chave: poderes; silenciamentos; circulação dos discursos; preconceito linguístico; deslocamentos linguísticos.

pelos deslocamentos que produz, é uma forma de trapacear a língua, desvelando os poderes nela inscritos.

Abstract

After discussing the meaning of the word *politics*, this paper shows that there are four possible approaches to the issue of the relationships between language, discourse and politics: a) the intrinsic political nature of language; b) the relations of power between discourses and their political dimension; c) the relations of power between languages and the political dimension of their usage and; d) linguistic policies. This paper addresses only the first two of these items. Languages have an intrinsically political nature because they subject their speakers to their order. The acts of silencing operationalized in discourse manifest a relation of power. The spread of discourses in the social space is also subject to the order of power. The use of language may be the space of pertinence, but is also that of exclusion, separation and even the elimination of the other. Therefore, language is not a neutral communication tool, but it is permeated by politics, by power. Because of the dislocations that it produces, literature is a form of swindling language, unveiling the powers that are imprinted on it.

Résumé

Après avoir discuté le sens du mot "*politique*", ce texte montre qu'il y a quatre possibilités d'approches pour la question des rapports entre langue, discours et politique, à savoir: a) la nature intrinsèquement politique du langage et des langues; b) les rapports de pouvoir entre les discours et leur dimension politique; c) les rapports de pouvoir entre les langues et la dimension politique de leur usage; d) les politiques linguistiques. Ce texte ne développe que les deux premiers points. Le langage et les langues ont une nature essentiellement politique, car ils subjuguent les sujets parlants à leur ordre. Les silences opérés par le discours manifestent un rapport de pouvoir. La circulation des discours dans l'espace social est soumise elle aussi à l'ordre du pouvoir. Les usages linguistiques peuvent devenir non seulement l'espace de l'appartenance mais encore celui de l'exclusion, de la séparation et même de l'élimination d'autrui. Voilà pourquoi la langue n'est pas un instrument neutre de communication, mais elle est traversée par la politique, par le pouvoir, par les pouvoirs. La littérature, en raison des déplacements qu'elle produit, est une façon de jouer de la langue pour en dévoiler les pouvoirs.

Key words: powers; acts of silencing; spread of discourses; linguistic prejudice; linguistic dislocations.

Mots-clés: pouvoirs; circulation des discours; préjugés linguistiques; déplacements linguistiques.

Recebido em
23/02/2009

Aprovado em
30/06/2009